

**Secretaria
de Governo**

Superintendência Central de Emendas
Parlamentares Estaduais e Transferências

Emendas Impositivas

Por onde começar?

2024

Sumário

O que são emendas impositivas?.....	2
Principais Normativos	4
Sistemas Utilizados	6
Beneficiários	10
Modalidades de Transferências.....	10
Resumo das Principais Modalidades.....	11
Fluxo simplificado para o exercício de 2024	15
Indicação	16
Análise Técnica	16
Processamento e execução da emenda	17
Processamento da emenda	17
Prestação de contas	22
Responsabilidades para esclarecimentos de dúvidas	22

Bem-vindo

Manual de Emendas Impositivas | Minas Gerais

Neste guia, você encontrará todas as informações essenciais para compreender o processo das emendas impositivas. O objetivo deste manual é orientar os assessores parlamentares, órgãos executores e sociedade de maneira geral, sobre os procedimentos, fluxos e legislações pertinentes ao tema. **Essa versão foi atualizada 23/10/2023.**

Contribuições e Avaliações

Valorizamos o seu feedback, caso sinta necessidade de aperfeiçoamento deste manual, compartilhe-o conosco. Seu feedback é vital para que possamos aprimorar este guia. [\(Clique aqui para avaliar esse manual\)](#)

A Superintendência Central de Emendas Parlamentares Estaduais e Transferências deseja uma boa leitura e um bom aproveitamento do material a seguir.

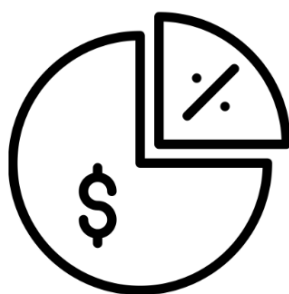
O que são emendas impositivas?

As emendas impositivas fazem parte do Orçamento Público. É por meio delas que os (as) parlamentares podem apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), alocando os recursos para projetos e beneficiários que considerarem mais pertinentes. Dessa forma, o poder legislativo direciona os recursos, enquanto o Executivo realiza a sua execução, desde que estejam enquadrados em critérios técnicos e legais.

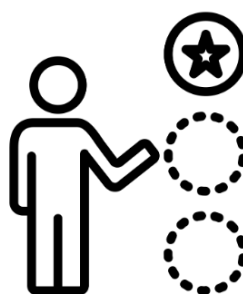
Fluxo Resumido



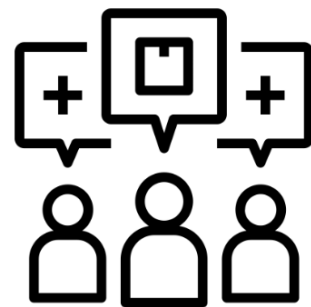
Nesse sentido, as emendas parlamentares permitem aos deputados estaduais proporem na LOA projetos para serem executados por meio de políticas públicas do executivo. Eles podem escolher quais órgãos/entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal e organizações da sociedade civil podem receber uma parcela do dinheiro público para executar projetos que melhorarão a vida da população. Desse modo, com as emendas, os Deputado Estaduais conseguem:



**Participar da
Elaboração do
orçamento**



**Estabelecer
Prioridades**



**Atender as
demandas da
população**

Principais Normativos

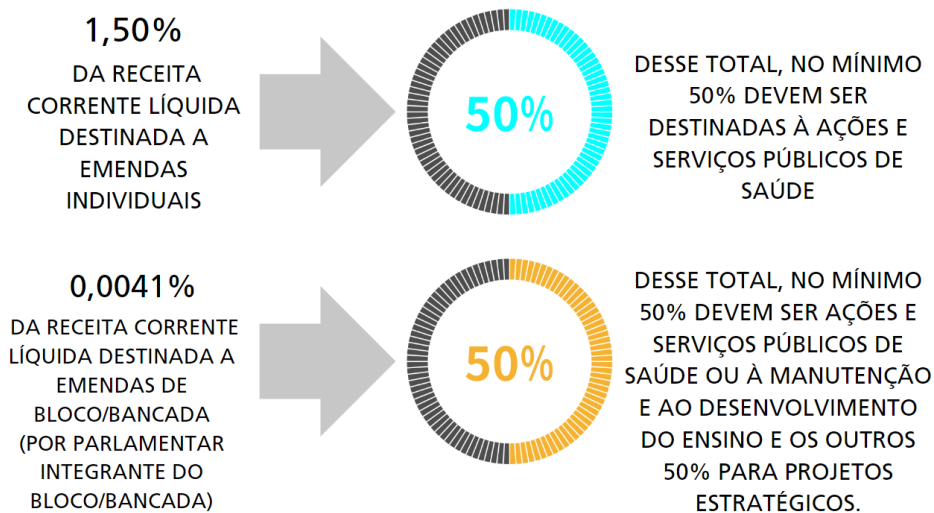
Todo o processo de indicação e execução de emendas parlamentares são fundamentados em legislações específicas. Eles estabelecem as regras para o funcionamento do processo, para a transparência, a equidade, a previsibilidade e a isonomia entre os parlamentares e indicações.

Constituição Estadual

A Constituição Estadual regulamenta as regras das Emendas Impositivas estaduais por meio dos artigos 159,160 e 160-A. Esses artigos foram modificados pelas Emendas Constitucionais nº 96 de 2018, nº 100 de 2019 e nº112 de 2023.

Na Constituição Estadual, bem como no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estão definidos os percentuais da receita corrente líquida destinados as emendas impositivas e as regras que estipulam que metade do total das emendas dos parlamentares sejam destinados a saúde (no caso das individuais) e saúde/educação (no caso de bloco e bancada).

Ano	Emendas Individuais	Emendas Bloco/Bancada
2023	1,00%	0,0041%
2024	1,50%	0,0041%
2025	2,00%	0,0041%



Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) define o conjunto de regras e procedimentos relacionados à indicação e execução das Emendas Impositivas de cada exercício financeiro. É crucial direcionar uma atenção especial aos artigos 35 a 48 da LDO referente ao ano de 2024, pois estes artigos contêm detalhes importantes para os procedimentos das emendas impositivas. É possível você acessar a lei [clikando aqui](#).

Resoluções SEGOV

A Resolução da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) é um documento crucial para consulta. Ela detalha e consolida os procedimentos e prazos para a execução das emendas parlamentares de cada exercício financeiro. A Resolução SEGOV é publicada no início de cada ano, sendo essencial que os gabinetes dos parlamentares bem como os beneficiários das emendas estejam atentos à sua leitura. É possível você acessar a resolução vigente [clikando aqui](#).

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA estabelece os montantes das emendas parlamentares impositivas e suas respectivas destinações. É possível você acessar a LOA do ano de exercício [clikando aqui](#).

Sistemas Utilizados

O poder executivo de Minas Gerais utiliza para operacionalização das emendas impositivas três diferentes sistemas que devem ser utilizados pelos usuários (beneficiários, assessores parlamentares, parlamentares, servidores de órgãos, entre outros). Sendo eles: portal de emendas estaduais, SIG-CON-Saída e Portfólio de Projetos.

SIGCON-MG – Módulo Saída

O Sigcon-saída é o sistema no qual são feitas as indicações e a gestão de convênios e parcerias do estado de Minas Gerais. Por meio dele, os deputados estaduais podem gerenciar suas indicações e acompanhar o seu andamento, desde a indicação até a aprovação da análise técnica. O Sigcon-Saída também permite que os beneficiários das emendas (prefeituras, entidades, órgãos públicos, etc.) consultem as informações sobre os recursos recebidos.



A SCCP ▾

EMENDAS ▾

NORMAS E ENTENDIMENTOS ▾

EDITAIS

SUPORTE ▾

ENTRAR

Guias e manuais

Orientações detalhadas do uso no sistema



Plataforma EAD

Cursos online e gratuitos disponíveis



Portfólio

Listagem dos projetos



Legislação

Constituição, leis, decretos e mais



Transparência

Acesso aos dados e informações públicas

Ainda, é por meio do Sigcon-Saída que são tramitados os processos referentes à celebração de instrumentos jurídicos de repasses de recursos públicos, quais sejam: os convênios de saída, os termos de fomento e os termos de colaboração.

Para acessar o Sigcon-saída, você precisa ter um login e uma senha cadastrados no sistema. Se você é um deputado estadual ou assessor parlamentar, você pode solicitar o seu acesso pelo e-mail: sigconsaida@almg.gov.br. Se você é um beneficiário de uma emenda impositiva estadual, você pode solicitar o seu acesso através do e-mail: atendimento@sigconsaida.mg.gov.br.

Informações Úteis

Como eu acesso ao site?


Você pode acessar ao site digitando <https://sigconsaida.mg.gov.br/> na barra de endereço de seu navegador. Ou [clikando aqui](#).

Como usar o sistema?

Para isso foi desenvolvido um módulo dentro do Manual do Sigcon-saída especificamente para a utilização do sistema para emendas parlamentares. Você pode acessá-lo [clikando aqui](#).

Preciso sanar uma dúvida, fazer uma reclamação ou um elogio acerca do Sigcon-saída, como entro em contato?

Envie um e-mail para: atendimento@sigconsaida.mg.gov.br

Ou utilize o chat, clicando no ícone  no canto inferior direito do Portal Sigcon-Saída.

Portal de Emendas Estaduais

O Portal de Emendas Estaduais é onde os assessores, parlamentares, órgãos, beneficiários e sociedade poderão buscar as principais informações referentes a emendas parlamentares no estado de Minas Gerais. Nele poderá ser acessado o portfólio de projetos aptos a receber emendas parlamentares, o cronograma de operacionalização das emendas impositivas, principais legislações e normas, manuais e treinamentos e acesso a equipe para sanar dúvidas.



 Área Restrita

 Sigcon-Saída

 Início

 Portfólio

 Cronograma

 Transparência

 Legislação

 Suporte

 Institucional

Cronograma de Emendas 2023

ETAPA ANTERIOR		ETAPA ATUAL		PRÓXIMA ETAPA	
13/08 ALMG	ALMG: INÍCIO DO PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO PARA SANEAMENTO (13/08 - 22/09)	27/10 ÓRGÃO	FINAL DO PRAZO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA DE INDICAÇÕES SANEADAS	29/12 ÓRGÃO	CONCLUSÃO DA ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA DAS DOCUMENTAÇÕES APRESENTADAS.
22/09 ALMG	FINAL DO PRAZO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO PARA SANEAMENTO (13/08 - 22/09)	03/11 ÓRGÃO	FINAL DO PRAZO PARA COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIAS E REGISTRO DE IOT REFERENTE À DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DAS INDICAÇÕES SANEADAS	29/12 SEGOV/ ÓRGÃO	FINAL DO PRAZO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO JURÍDICO E PUBLICAÇÃO DE SEU EXTRATO
08/12 ALMG ESTADUALIZADO	FINAL DO PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO APÓS A APROVAÇÃO DA INDICAÇÃO (23/08 a 25/09)	08/12 ÓRGÃO	FINAL DO PRAZO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL, COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIAS E REGISTRO DE IOT REFERENTE ÀS INDICAÇÕES REALOCADAS	29/12 SEGOV/ ÓRGÃO	FINAL DO PRAZO PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS INDICAÇÕES QUE NÃO APRESENTAREM IMPEDIMENTO DE ORDEM TÉCNICA

*O cronograma acima apresenta somente as macroetapas. Para visualizar todas as datas, [clique aqui](#)

Últimas Atualizações:

COMECE POR AQUI

EMENDAS 2024

LDO 2024 – Lei nº 24.404, de 02/08/2023
🕒 10/10/2023
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. Visualizar legislação

Além disso, no portal de emendas é possível acessar a “Área Restrita” que contém informações para o parlamentar e sua equipe das indicações através de visualizações em dashboard.

Portfólio de Projetos

O portfólio de projetos tem como objetivo orientar a indicação dos parlamentares, tanto no momento da apreciação da LOA, quanto no momento de indicação no sistema SIGCON-Saída. Nele é possível consultar de forma exemplificativa os projetos passíveis de receberem recursos por meio das emendas impositivas. Utilizando-se dele para basear as indicações, as chances de ocorrerem impedimentos de ordem técnica diminuem. Para acessá-lo você pode utilizar o portal de emendas estaduais ou [clikando aqui](#).

Portfólio de Emendas

O **Portfólio de Emendas** é uma compilação temática de projetos e atividades que os órgãos e entidades estaduais podem executar utilizando os recursos provenientes de emendas parlamentares.

BUSCA GERAL:

Academias ao Ar Livre

Ação de Reforma e Melhoramento de Aeródromos

Aceleração de startups com propostas de soluções em turismo

ACERTAR - Certificação das informações fornecidas pelos prestadores Conasa e Conanon, pela Metodologia ACERTAR

RESULTADO DA PESQUISA:

Informações do Projeto

Nome do Projeto:

Órgão Estadual Proponente:

Descrição:

Valor

Mínimo:

R\$679.643.477,39

Máximo:

R\$872.097.620,13

Como indicar no Sigcon-saida

Tipo de Execução:

Beneficiários

Os beneficiários das emendas impositivas podem ser:

- Municípios;
- Fundos Municipais de Saúde;
- Fundos Municipais de Assistência Social;
- Órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual;
- Caixas Escolares da Rede Pública Estadual;
- Entidades da Administração Pública Indireta dos entes federados;
- Consórcios Públicos;
- Organizações da sociedade civil.

Modalidades de Transferências

As emendas impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) poderão alocar recursos:

1. Aos Municípios:

- por transferência especial, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere, a ser realizada diretamente em conta bancária aberta, exclusivamente, para esta finalidade;
- por transferência direta de Fundos Estaduais a Fundos Municipais, mediante formalização de Resolução;
- mediante a celebração de convênio de saída, ou de instrumento congênere;
- doação de bens móveis.

2. Aos órgãos ou entidades da Administração Pública indireta Federal ou Municipal, inclusive consórcio público, mediante a celebração de convênio, ou de instrumento congênere;

3. Para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, mediante a celebração de termo de fomento ou termo de colaboração, para a execução de um objeto de interesse público;

4. Aos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, por meio de execução direta.

Resumo das Principais Modalidades

Transferência Especial

Possíveis Beneficiários	Prefeituras Municipais.
Definição do Objeto	Não há definição de objeto na indicação pelo parlamentar.
É necessária celebração de algum instrumento?	É independente de celebração de convênio ou instrumento similar.
Norma e Legislação	Art. 160-A da Constituição Estadual.

Embora não seja necessário especificar um objeto específico, é importante observar que 70% dos recursos devem ser destinados a despesas de capital. Esse percentual é calculado com base no montante total de recursos destinados a cada município beneficiado por meio da transferência especial no momento da indicação.

Despesa do Investimento	Despesa do Custeio
<p>Realizada com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Execução de Obras; - Compra de Equipamentos; - Aquisição de material permanente, etc. 	<p>Não contribuem para a formação ou aquisição de ativos reais. São realizados com custeio dos gastos públicos e de forma contínua.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de bens de consumo (ex.: medicamentos, alimentação, escolar); - Manutenção de equipamentos; - Despesa com água, energia, telefone, entre outros.
Grupo de Despesa - 4	Grupo de Despesa - 3

Se você estiver tendo dificuldade ao fazer as indicações de transferência especial no sistema SIG-CON-Saída, siga as orientações do manual do sistema [clcando aqui](#).

Transferência Fundo a Fundo (Resolução SES)

Possíveis Beneficiários	Fundos Municipais de Saúde (FMS) ou entidades de saúde da administração pública municipal, tendo em vista que o exercício de 2024 é ano eleitoral.
Definição do Objeto	Para mais informações acesse o Portfólio de Projetos/2024 e, em caso de dúvidas sobre viabilidade, consulte área técnica do órgão indicada no referido Portfólio.
É necessária celebração de algum instrumento?	A indicação parlamentar que obtiver parecer favorável e constar com o status de “aprovado” no Sigcon-saida é formalizada mediante sua publicação em Resolução.
Norma e Legislação	Decreto Estadual n. 48.600 de 10/04/2023 e Resolução SES n. 8.691 de 19/04/2023

Celebração de Convênios

Possíveis Beneficiários	Prefeituras, Consórcios Públicos, órgão ou entidade da Administração Pública federal.
Definição do Objeto	Possui objeto definido e a aplicação será vinculada à programação estabelecida na emenda. Para mais informações acesse o Portfólio de Projetos e no caso de dúvidas sobre viabilidade consulte área técnica do órgão executor.
É necessária celebração de algum instrumento?	O repasse ao beneficiário ocorre mediante celebração de convênio.
Norma e Legislação	Decreto nº 46319, de 26/09/2013 e Resolução conjunta SEGOV/AGE Nº 004, de 16 de setembro 2015.

Parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Possíveis Beneficiários	Organizações da sociedade civil.
Definição do Objeto	Possui objeto definido e a aplicação será vinculada à programação estabelecida na emenda. Para mais informações acesse o Portfólio de Projetos e no caso de dúvidas sobre viabilidade consulte área técnica do órgão executor.
É necessária celebração de algum instrumento?	O repasse ao beneficiário ocorre mediante celebração de termo de fomento ou termo de colaboração
Norma e Legislação	Lei nº 13.019/2014, Resolução conjunta SEGOV/AGE Nº 007, de 9 de junho de 2017 e Decreto nº 47132, de 20/01/2017

Execução Direta – Doação de Bens

Possíveis Beneficiários	Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual.
Definição do Objeto	Possui objeto definido e a aplicação será vinculada à programação estabelecida na emenda. Para mais informações acesse o Portfólio de Projetos e no caso de dúvidas sobre viabilidade consulte área técnica do órgão executor.
É necessária celebração de algum instrumento?	O bem doado pelo poder executivo é adquirido através de um processo de compra e entregue ao beneficiário por meio de um termo de doação.
Norma e Legislação	Lei 8.666, Lei 14.133, Decreto 48.444 de 2022 e Decreto 45.242 de 2009

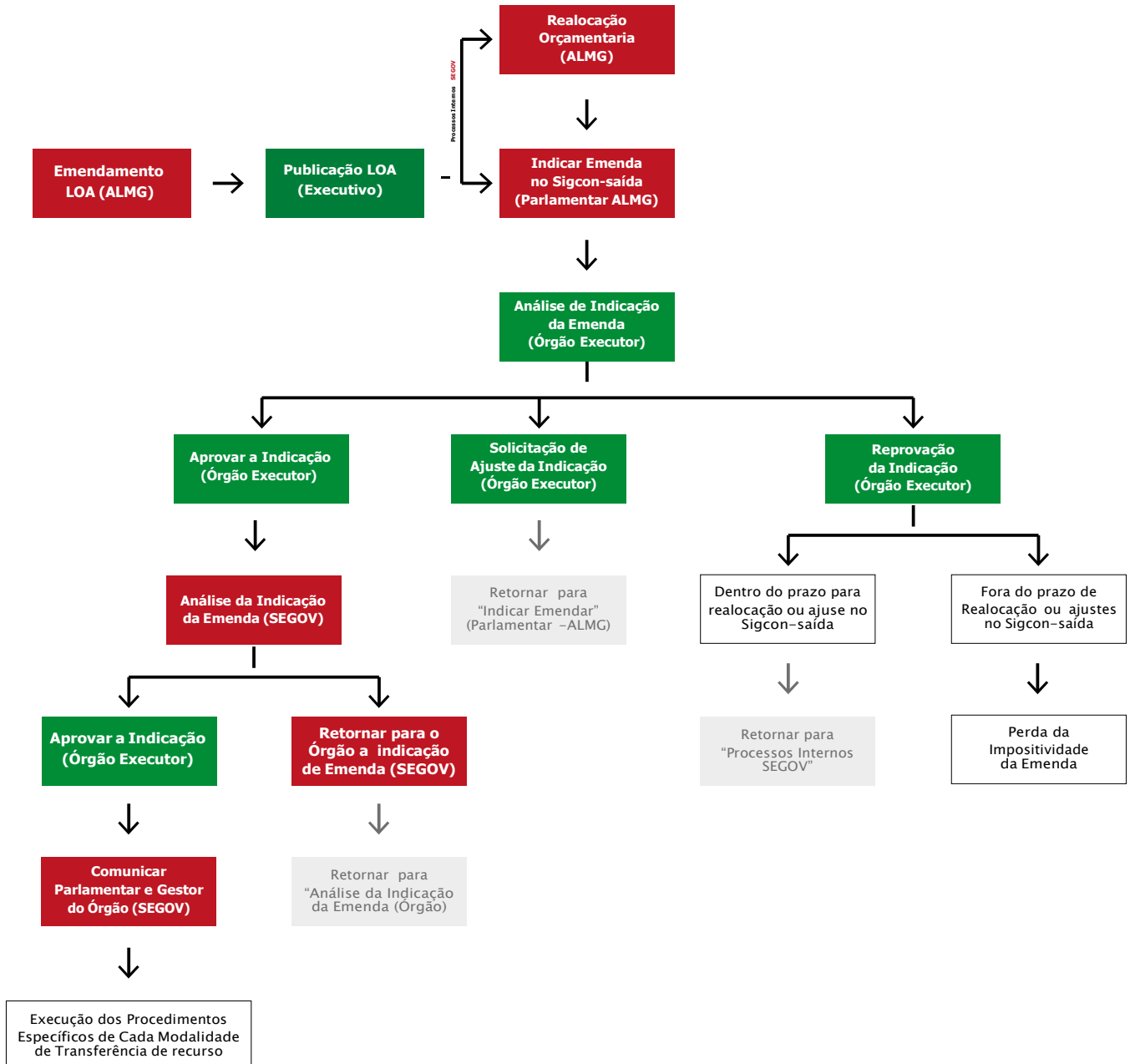
Execução Direta – Caixa Escolar

Possíveis Beneficiários	Caixas Escolares das escolas estaduais de Minas Gerais.
Definição do Objeto	Os objetos dos termos de compromisso são determinados com base na indicação feita no SIGCON-Saída, alinhada com o Portfólio de Emendas fornecido aos parlamentares.
É necessária celebração de algum instrumento?	O repasse ocorre por meio da elaboração do termo de compromisso celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Caixa Escolar que receberá o recurso.
Norma e Legislação	Os normativos responsáveis por regulamentar os recursos financeiros repassados às caixas escolares de Minas Gerais são o Decreto 45.085/2009 e a Resolução 3670/2017.

Execução Direta – Execução Direta

Possíveis Beneficiários	Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual.
Definição do Objeto	Possui objeto definido e a aplicação será vinculada à programação estabelecida na emenda. Para mais informações acesse o Portfólio de Projetos e no caso de dúvidas sobre viabilidade consulte área técnica do órgão executor.
É necessária celebração de algum instrumento?	A execução é por meio de Processo de Compra e cessão da posse do bem (quando necessário) para o beneficiário final da emenda.
Norma e Legislação	Lei 8.666/1993 e Lei 14.133/2021

Fluxo simplificado para o exercício de 2024



Indicação

No processo de indicação, temos duas fases principais: a inserção das emendas impositivas na Lei Orçamentária Anual (LOA) (com foco na dotação orçamentária e projetos) e a indicação no sistema SIGCON-Saída (com o foco na definição de beneficiários e detalhamento de objetos) como já foi destacado nesse documento. Vale ressaltar que o processo de indicação no sistema SIGCON-Saída tem prazos estabelecidos na LDO e na Resolução SEGOV, podendo ser consultados de forma simplificada no Portal de Emendas Estaduais.

Análise Técnica

Análise técnica - Órgão ou entidades gestoras

Os órgãos ou entidades gestoras devem analisar as indicações recebidas por meio do SIGCON-Saída. Eles podem aprovar as indicações ou comunicar ao autor da emenda as justificativas de eventuais impedimentos de ordem técnica. Eles devem observar os prazos para a referida comunicação, nos termos do art. 41, inciso V, da LDO 2024.

Análise técnica – SEGOV

A SEGOV deve analisar as indicações aprovadas pelos órgãos ou entidades gestoras. Ela pode aprovar as indicações ou retorná-las para análise do órgão ou entidade, caso haja inconsistência. A SEGOV deve observar os prazos limites estabelecidos em Resolução SEGOV de 2024.

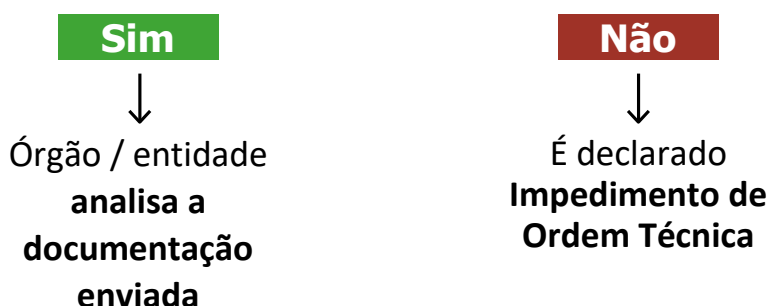
Envio de Documentação

O órgão ou entidade gestora analisará a documentação recebida, nos casos em que a forma de execução da emenda necessite de apresentação de documentos para a sua execução, informará as eventuais diligências para correção, e, caso identifique problema que constitua impedimento de ordem técnica para a execução da programação orçamentária, comunicará o fato ao autor da emenda no SIGCON-Saída, por meio do cadastro de diligência, observando os prazos estabelecidos em Resolução SEGOV de 2024.

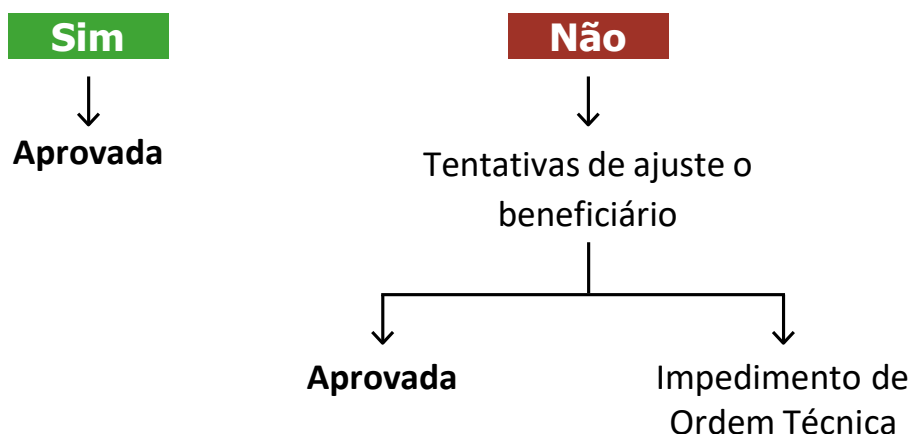
Processamento e execução da emenda

Processamento da emenda

O beneficiário enviou a documentação dentro do Prazo?



A documentação está regular e de acordo com os padrões exigidos?



Elaborada a análise técnica com parecer favorável, inicia-se os trâmites necessários para cada modalidade de transferência: análises jurídicas, análises orçamentárias e assinatura do instrumento, se for o caso.

Execução da emenda

- Nos casos de indicação de emenda parlamentar individual, de bloco ou de bancada com modalidade de transferência com finalidade definida para aplicação direta, a execução é considerada concluída nos seguintes casos:

I. Quando ocorrer a transmissão do bem, nos casos em que a forma de execução seja a doação de bens móveis.

II. Quando for emitida a ordem de serviço ou quando o objeto da emenda for concluído pelo órgão ou pela entidade gestora, nos casos de forma de execução direta que envolvam serviços, reforma ou obra.

III. Quando for emitida a autorização de fornecimento ou quando o objeto da emenda for entregue pelo fornecedor, nos casos de forma de execução direta que envolvam aquisição de bens.

- Nos casos de indicação de emenda parlamentar individual, de bloco ou bancada com modalidade de transferência especial, ou seja, sem finalidade definida a execução é considerada concluída quando há o efetivo repasse do recurso. Vale ressaltar que não é de responsabilidade do poder executivo estadual a fiscalização da execução dessa modalidade de transferência de recurso.

Impedimentos de Ordem Técnica

Impedimento de ordem técnica é uma situação ou evento de ordem fática ou legal que impede ou suspende a execução da emenda impositiva, e a solução para isso é a realocação da programação orçamentária pelo autor da emenda ou o saneamento da indicação no sistema SIGCON-Saída, desde que tais impedimentos tenham sido verificados ainda no primeiro semestre do ano. Caso o impedimento seja verificado após o período de realocação orçamentária constitucional, o parlamentar não possui mais prazos legais para retomar e/ou alterar a dotação orçamentária ou a indicação, perdendo, portanto, a impositividade do recurso.

Para compreender melhor as situações que podem impedir a execução de uma emenda impositiva, é útil destacar alguns dos Impedimentos de Ordem Técnica (IOTs) mais comuns que podem ser encontrados. Esses IOTs são importantes exemplos que podem ilustrar os impedimentos de ordem técnica previstos pela Resolução SEGOV. Vejamos alguns deles:

- **Indicação para Transferência Especial a Município:** Quando uma emenda indica a transferência especial para um município, mas a ação orçamentária não permite essa modalidade de transferência.
- **Percentual Mínimo em Despesas de Capital:** A não observância do percentual mínimo de 70% dos recursos de transferência especial em despesas de capital pode ser um impedimento.
- **Incompatibilidade da Finalidade ou Objeto:** Caso a finalidade ou o objeto indicado não esteja alinhado com o programa do órgão ou entidade da Administração Pública do Poder Executivo estadual, isso pode ser considerado um impedimento.
- **Incompatibilidade com a Ação Orçamentária:** Se a finalidade ou objeto indicado não estiver alinhado com a finalidade da ação orçamentária do programa do órgão ou entidade da Administração Pública do Poder Executivo estadual, pode haver um obstáculo.
- **Incompatibilidade com o Grupo de Despesas:** Quando a finalidade ou objeto não se encaixa adequadamente em um determinado grupo de despesas.
- **Ausência de Pertinência Temática:** Se não houver pertinência temática entre a finalidade ou o objeto indicado e a finalidade institucional do beneficiário, isso pode impedir a execução da emenda.
- **Valor Indicado Incompatível:** Quando o valor indicado é incompatível com o custo de execução do objeto, considerando o projeto e os valores de mercado, ou quando a proposta de valor impede a conclusão do objeto.
- **Documentação Exigida em Atraso:** A não apresentação ou apresentação fora dos prazos da documentação exigida pela legislação específica pode ser um impedimento.
- **Documentos em Branco ou Equivocados:** Se documentos em branco ou equivocados forem apresentados com intenção meramente protelatória.
- **Complementação de Documentação em Atraso:** A não realização de complementação da documentação ou ajustes solicitados dentro dos prazos estabelecidos.
- **Reprovação da Documentação:** Caso a documentação seja reprovada de acordo com a legislação específica.
- **Desistência do Beneficiário:** Se o beneficiário desistir de receber a emenda.

- **Inadimplência Registrada:** A inadimplência do beneficiário registrada em sistemas de execução orçamentária e financeira bem como no Cadastro Geral de Convenientes do Estado (CAGEC) pode ser um impedimento.
- **Não Adoção dos Procedimentos Necessários:** Quando o beneficiário não adotar os procedimentos necessários para a transmissão do bem dentro do prazo previsto.
- **Não Efetivação dos Requisitos Necessários:** A não efetivação dos requisitos legais, regulamentares e técnicos ou condições suspensivas necessários ao pagamento ou à conclusão da execução da emenda dentro do exercício financeiro.
- **Não Comparecimento ou Falta de Assinatura:** O não comparecimento ou a falta de assinatura digital pelo beneficiário para celebração do instrumento jurídico dentro do exercício financeiro.
- **Saldo Residual de Recurso:** A existência de saldo residual de recurso decorrente de economia gerada no processo de contratação ou orçamentação.
- **Outras Razões de Ordem Técnica:** Além disso, outras razões de ordem técnica devidamente justificadas podem também representar impedimentos.

É fundamental ressaltar que os exemplos mencionados representam apenas uma fração das justificativas contempladas nas resoluções da SEGOV e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, em situações de dúvida, é altamente recomendável consultar diretamente essas normativas.

Realocação Orçamentária

Procedimento solicitado pelos autores de emendas, por meio do qual se permite a alteração da dotação orçamentária, sendo possível alterar, inclusive, a unidade orçamentária desde que preservados os percentuais mínimos destinados a ações e serviços públicos de saúde (emendas individuais) e a ações e serviços públicos de saúde e/ou à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (emendas de blocos e de bancadas). As regras para esse procedimento são definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Resolução SEGOV.

Existem três tipos de realocação orçamentária: realocação orçamentária LDO, realocação orçamentária TE e realocação orçamentária constitucional.

A realocação orçamentária LDO é o procedimento solicitado pelos autores de emendas impositivas, durante período especificado na LDO, por meio do qual se permite a anulação da dotação orçamentária e suplementação em nova programação, há percentuais máximos de alteração entre unidades orçamentárias. Esses percentuais são estabelecidos na LDO.

A realocação orçamentária TE é o procedimento solicitado pelos autores de emendas impositiva, durante período especificado na LDO, por meio do qual se permite realizar anulação da dotação orçamentária e suplementação em nova programação, desde que destinada exclusivamente a transferência especial, para indicações que tiverem impedimento de ordem técnica registrados até o prazo definido na LDO.

O procedimento de realocação orçamentária “constitucional” é uma solicitação feita pelos autores de emendas individuais, de bloco ou de bancada, durante período especificado na LDO, que permite a superação de um eventual impedimento de ordem técnica por meio da anulação da dotação orçamentária, substituindo-a por uma nova programação, se o autor da emenda desejar. Isso inclui a possibilidade de alterar grupo de despesas, ação e unidade orçamentária, bem como a realização de uma nova indicação.

Prestação de contas

A prestação de contas é uma importante e obrigatória etapa do processo das emendas impositivas. Nesse contexto, o processo de prestação de contas de cada modalidade de aplicação de emenda impositiva é variado de acordo com o órgão executor/processador. Desse modo, é importante que o beneficiário o procure no caso de dúvidas com relação a prestação de contas.

Nos casos em que as emendas forem executadas por meio da celebração de convênios de saída, termos de fomento ou termos de colaboração os procedimentos e prazos para prestação de contas estão previstos nos Decretos Estaduais nºs 46.319/2013 e 47.132/2017, respectivamente.

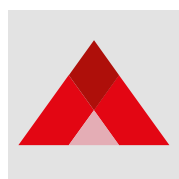
Responsabilidades para esclarecimentos de Dúvidas

Para concluir, no que diz respeito ao processamento das emendas impositivas para o ano de 2024, caso ainda persistam dúvidas, a SCEPET-SEGOV oferece a seguinte orientação sobre a busca por esclarecimentos:

Para entrar em contato com a Superintendência Central de Emendas Parlamentares Estaduais e Transferências: **contato@emendas.mg.gov.br**.

Para o acesso ao contato dos órgãos processadores e executores de emendas pode ser utilizado o site <https://sigconsaida.mg.gov.br/contatos/>

Tipo de Dúvida	Quem procurar para sanar as dúvidas?
Cronograma	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
Pagamento	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
Normatização das Emendas	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
Área Restrita do Portal de Emendas	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
Área Restrita do Portal de Emenda	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
SIGCON-Saída	Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
Detalhe das Execuções (projetos e tramitação)	Órgãos processadores/executores
Viabilidade Técnica	Órgãos processadores/executores
Alteração do Portfólio	Órgãos processadores/executores
Previsão de Finalização de Análise Técnica	Órgãos processadores/executores



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.**